

PROCESSO Nº  
56/15

REG. PROC. Nº  
06

FOLHA Nº  
13v

FL. 1



## CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME

Estado de São Paulo

### AUTOS DE

PROJETO DE LEI Nº 26/15

Autoriza celebrar Termo de Cooperação Técnica com o Tribunal de  
Justiça do Estado de S.P., para troca de informação entre as partes  
através de meio eletrônico

Autor: de Prefeito

### AUTUAÇÃO

Aos dois dias do mês de junho de 2015  
autuo. o P.L. nº 26/15 e of. nº 350 em frente

Eu, [assinatura], subscrevi



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LEME**  
ESTADO DE SÃO PAULO

Ofício nº 350/2015 – GP.

Leme, 25 de maio de 2015.

Excelentíssimo Senhor Presidente:

CÂMARA MUNICIPAL DE LEME		
Prot.N.º	L.N.º	Fis.
1650	24	159
Recebido em 21/05/2015		
m		
FUNCIONÁRIO		

Através do presente, encaminho a esta Colenda Casa, para apreciação em regime de urgência especial, o Projeto de Lei anexo, que visa autorização para celebrar Termo de Cooperação Técnica com o Tribunal de Justiça de São Paulo, tendo por objeto a integração do processo de troca de informações entre as partes, através do intercâmbio de dados em meio eletrônico, para o aprimoramento recíproco dos serviços relativos às execuções fiscais do Município.

Esclareço que a necessidade do pedido de urgência especial encontra-se demonstrado na justificativa anexa.

Sem mais, renovo a Vossa Excelência e Nobres Pares, os protestos de respeito e consideração.

Atenciosamente,

**Ademir Donizeti Zanóbia**  
Prefeito do Município de Leme

Ao  
Excelentíssimo Senhor  
**Eduardo Leme da Silva**  
DD. Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Leme/SP  
Nesta

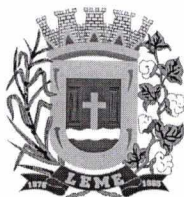
# REGISTRO

Registrado sob o nº de ordem 56

fls 134, do Registro de Processo nº 6

Leme, 2 de 6 de 20 15

Funcionário 



# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LEME

ESTADO DE SÃO PAULO

## PROJETO DE LEI Nº 26/15

Autoriza o Executivo Municipal a celebrar Termo de Cooperação Técnica com o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, tendo por objeto a integração do processo de troca de informações entre as partes, através do intercâmbio de dados em meio eletrônico.

**Art. 1º** - Fica o Executivo Municipal autorizado a celebrar Termo de Cooperação Técnica com o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, tendo por objeto a integração do processo de troca de informações entre as partes, através do intercâmbio de dados em meio eletrônico, visando o aprimoramento recíproco dos serviços relativos às execuções fiscais, observadas as normas genéricas contidas na minuta padrão em anexo.

**Art. 2º** - As despesas com a execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, consignadas no orçamento do Município, suplementadas se necessário.

**Parágrafo Único** – As dotações necessárias à execução desta lei nos exercícios seguintes, serão consignadas nas respectivas peças orçamentárias.

**Art. 3º** - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Leme, 25 de maio de 2015.

  
ADEMIR DONIZETI ZANÓBIA  
Prefeito do Município de Leme

C.M. LEME	
Pt 56/15	Rs 03
M	





## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LEME

ESTADO DE SÃO PAULO

### JUSTIFICATIVA

Trata-se de projeto de Lei Ordinária, visando a autorização para celebrar Termo de Cooperação Técnica com o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, tendo por objeto a integração do processo de troca de informações entre as partes, através do intercâmbio de dados em meio eletrônico, visando o aprimoramento recíproco dos serviços relativos às execuções fiscais.

Reputa-se de suma importância a celebração do referido Termo de Cooperação, o que agilizará exponencialmente os andamentos dos processos executivos fiscais, sem contar a agilidade que o sistema de troca de informações proporcionará, como por exemplo, a agilidade em citações, nos pedidos de penhoras e leilões/hastas públicas, andamentos processuais etc, tudo em ambiente virtual e sem o consumo de papel, gerando economia nos custos suportados pela Municipalidade e uma maior arrecadação.

Justifica-se, ainda, o pedido de urgência especial, eis que a propositura de novas execuções fiscais somente podem ocorrer em ambiente virtual e considerando o grande número de ações propostas anualmente, sem a formalização do Termo de Cooperação, inviabilizará a propositura das novas demandas fiscais.

Por todo o exposto, encaminho a essa Casa de Leis o projeto de lei anexo, visando a autorização legislativa para a celebração do Termo de Cooperação Técnica mencionado, o qual submeto à apreciação de Vossas Excelências.

Leme, 25 de maio de 2015.

  
ADÉMIR DONIZETI ZANÓBIA  
Prefeito do Município de Leme



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

C.M. LEME	
R 56/15	Rs 05

CONVÊNIO Nº XXXI/[\_\_\_\_\_]

MINUTA

Termo de Cooperação Técnica celebrado entre o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e a [\_\_\_\_\_], para a integração do processo de troca de informações entre as partes, através do intercâmbio de dados em meio eletrônico, visando o aprimoramento recíproco dos serviços relativos às Execuções Fiscais, integrante do Processo nº [\_\_\_\_\_].

O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, com sede no Palácio da Justiça, situado à Pça. da Sé s/nº, CEP 01018-010 – São Paulo – SP, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – C.N.P.J. nº 51.174.001/0001-93, neste ato representado por seu Presidente, o Desembargador [\_\_\_\_\_], portador da Cédula de Identidade – R.G. nº [\_\_\_\_\_] e do C.P.F. nº [\_\_\_\_\_], neste instrumento simplesmente denominado TRIBUNAL, e PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE [\_\_\_\_\_], estabelecida à [\_\_\_\_\_], inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – C.N.P.J. nº [\_\_\_\_\_], neste ato representada por seu(ua) Prefeito(a), o Sr(a). [\_\_\_\_\_], portador da Cédula de Identidade – R.G. nº [\_\_\_\_\_] e do C.P.F. nº [\_\_\_\_\_], neste instrumento simplesmente denominada PREFEITURA, assinam o presente TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA, que se rege pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

- 1.1- Consiste o objeto deste Termo de Cooperação Técnica a integração do processo de troca de informações entre as partes, através do intercâmbio de dados em meio eletrônico.
  - 1.1.1- O processo de troca de informações está baseado em um conjunto padronizado de interfaces de conexão, criando assim uma camada de comunicação comum entre as instituições, a qual permitirá a interoperabilidade dos sistemas do TRIBUNAL e da PREFEITURA.
- 1.2- O custeio das despesas decorrentes do presente Termo de Cooperação Técnica será suportado pelos partícipes na medida de suas atribuições, em conformidade com as respectivas dotações orçamentárias.
  - 1.2.1- Não haverá repasse de verbas, nem é devida qualquer remuneração entre as partes, pelo intercâmbio de dados em meio eletrônico, objeto deste Termo de Cooperação Técnica.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA

- 2.1- Para a troca de informações de forma automatizada e segura entre as partes será observado o Plano de Trabalho - Anexo I deste Termo, bem como as seguintes regras.
  - 2.1.1- Será adotado o padrão de mercado "SOAP/Web Service".
  - 2.1.2- O TRIBUNAL e a PREFEITURA deverão se tornar provedores de "web service" mútuos, sendo ambos os consumidores das informações.
  - 2.1.3- As mensagens seguirão o padrão XML, sendo validadas com um DTD (Document Type Definition).
  - 2.1.4- A especificação técnica da estrutura das mensagens, com a descrição dos campos para envio e retorno, de consulta e dos códigos de erro, será objeto de documento a ser elaborado pelas equipes técnicas de cada uma das partes.
  - 2.1.5- Serão utilizados canais criptografados, assim como o conceito de chaves pública e privada, incluída a protocolação digital para garantir a segurança das informações trafegadas, a sua integridade e a sua validade jurídica, de acordo com a Lei nº 11.419/06.
  - 2.1.6- Mudanças nas condições e nas especificações técnicas somente entrarão em vigor 45 (quarenta e cinco) dias após comunicação escrita entre as partes.

311E

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

C.M. LEME	
R 56/15	Rs 06
[assinatura]	

2.2- O TRIBUNAL e a PREFEITURA manterão as condições técnicas necessárias à troca das informações que trata este Termo de Cooperação Técnica.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA**

O prazo de vigência do presente Termo de Cooperação Técnica será de 60 (sessenta) meses, a contar da data de sua assinatura.

**CLÁUSULA QUARTA - DA RESCISÃO**

O presente Termo de Cooperação Técnica poderá ser rescindido por qualquer dos partícipes, mediante prévio aviso por escrito de uma parte à outra, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias corridos contados a partir da data do recebimento da referida comunicação pela outra parte.

**CLÁUSULA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

- 5.1- Este Termo de Cooperação Técnica não afetará quaisquer direitos relativos à propriedade intelectual dos materiais utilizados pelos partícipes.
- 5.2- Eventuais dúvidas oriundas deste Termo de Cooperação Técnica deverão ser solucionadas na via administrativa, por intermédio das autoridades encarregadas da sua execução.
- 5.3- Para dirimir conflitos decorrentes da execução não solucionados administrativamente, será competente qualquer Vara da Fazenda Pública da Comarca de São Paulo, com exclusão de qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem certos e ajustados, firmam os partícipes o presente Termo de Cooperação Técnica em três vias.

São Paulo

\_\_\_\_\_  
Presidente do Tribunal de Justiça

\_\_\_\_\_  
Prefeito(a) de \_\_\_\_\_

Testemunhas:

\_\_\_\_\_  
Nome  
R.G.

\_\_\_\_\_  
Nome  
R.G.





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

C.M. LEME	
R 56/15	Rs 07
[assinatura]	

ANEXO – PLANO DE TRABALHO

**I – IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO:**

Integração entre os sistemas do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e a Prefeitura do Município de [\_\_\_\_\_] para processamento digital de feitos, através do intercâmbio de dados por intermédio de integração Web Service e compartilhamento das operações.

**II – DA META A SER ATINGIDA:**

Celeridade na tramitação das execuções fiscais municipais para ajuizamentos, petições e intimações, gerando eficiência e resposta rápida à sociedade na prestação jurisdicional

**III – DO CUSTEIO DAS DESPESAS DECORRENTES DO TERMO DE COOPERAÇÃO:**

Não haverá repasse de verbas, nem é devida qualquer remuneração entre as partes, pelo intercâmbio de dados em meio eletrônico, objeto deste Termo de Cooperação Técnica.

**IV – ETAPAS OU FASES DE EXECUÇÃO:**

PRIMEIRA FASE – PLANEJAMENTO (1º Mês)

Das obrigações:

- Pela Prefeitura possuir recursos técnicos próprios ou contratação de empresa para desenvolvimento da integração Web Service; (1º Mês)
- Definir os representantes do Tribunal de Justiça que farão parte do grupo de trabalho; (1º Mês)
- Definir os representantes da Prefeitura Municipal que farão parte do grupo de trabalho; (1º Mês)
- Elaborar planejamento, em conjunto entre o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e Prefeitura Municipal; (1º Mês)

SEGUNDA FASE – HOMOLOGAÇÃO DOS EVENTOS DE INTEGRAÇÃO PARA INTIMAÇÕES/PETIÇÕES/CONSULTA (1º ao 5º mês)

Das obrigações Do Tribunal de Justiça

- Disponibilizar documentação referente às integrações para Peticionamentos/intimações eletrônicas (padrão de integração) com todas as informações necessárias para desenvolvimento por parte da Prefeitura Municipal; (1º Mês)
- Preparar ambiente de testes e disponibilizar login e senha à Prefeitura Municipal; (1º Mês)
- Executar os testes funcionais do ambiente; (1º Mês)
- Encaminhar à Prefeitura Municipal tabela de classes e assuntos; (1º Mês)
- Testar/homologar, em conjunto com a Prefeitura Municipal, os seguintes eventos: Peticionamento de iniciais, intimações, petições intermediárias e consulta integral de processos; (1º ao 5º Mês)





**Das Obrigações da Prefeitura Municipal:**

- Realizar as adequações necessárias no ambiente da Prefeitura Municipal, de acordo com a documentação (padrão de integração) disponibilizada pelo Tribunal de Justiça. (1º Mês)
- Adequar a tabela de classes e assuntos fornecida pelo Tribunal com os códigos utilizados pela Prefeitura Municipal; (1º Mês)
- Testar/homologar, em conjunto com o Tribunal de Justiça, os seguintes eventos: Peticionamento de iniciais, intimações, petições intermediárias e consulta integral de processos; (1º ao 5º Mês)

**TERCEIRA FASE – IMPLANTAÇÃO (6º Mês)**

**Das obrigações Do Tribunal de Justiça:**

- Preparar a infraestrutura necessária para a implantação; (6º mês)
- Definir, em conjunto com a Prefeitura Municipal, data e estratégia de implantação; (6º Mês)
- Comunicar aos servidores da respectiva Vara o início da integração junto à Prefeitura Municipal; (6º Mês)

**Das Obrigações da Prefeitura Municipal:**

- Preparar a infraestrutura necessária para a implantação; (6º mês)
- Realizar o treinamento dos servidores; (6º Mês)
- Definir, em conjunto com o Tribunal de Justiça, data e estratégia de implantação; (6º Mês)

**V – DO INÍCIO E FIM DA EXECUÇÃO DO OBJETO**

O início e o fim da execução do objeto são os mesmos previstos no Termo de Cooperação Técnica, Cláusula Terceira

A Procuradoria Jurídica  
para parecer em 2/6/05

**PRESIDENTE**

**JUNTADA**

Em 02 de junho de 2015

raço juntada a estes autos do parau

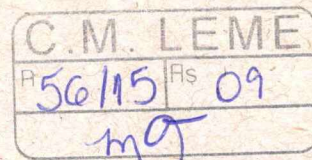
jurídico \_\_\_\_\_

Funcionário \_\_\_\_\_





**CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME**  
ESTADO DE SÃO PAULO



**PROJETO DE LEI Nº 26/2015**

**EMENTA:** "Autoriza celebrar Termo de Cooperação Técnica com o Tribunal de Justiça de São Paulo, para troca de informações entre as partes através de meio eletrônico."

**AUTORIA:** Prefeito Municipal

Senhor Presidente

O presente processo apresenta Projeto de Lei que dispõe sobre a autorização para o Executivo celebrar Termo de Cooperação Técnica com o Tribunal de Justiça de São Paulo, para troca de informações entre as partes através de meio eletrônico.

Assim, cumpre-me manifestar sobre o mérito do projeto, avaliando estritamente os aspectos formais da proposição em tela.

É o relatório.

Passo a opinar.

*Ab initio*, cumpre observar que não compete a Procuradoria Jurídica desta Casa examinar os critérios de conveniência e de oportunidade na celebração deste convênio de cooperação. A análise está restrita aos aspectos de legalidade.

Observa-se que, consta no anexo da minuta, acostado ao Projeto, informação que não haverá repasse de verbas e nem será devida qualquer remuneração entre as partes signatárias ao termo.

Desta forma, não se aplica ao presente caso o que prevê no disposto dos incisos IV e V do § 1º do art.116 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, os quais se destinam à disciplina de ajustes que envolvem transferência de recursos financeiros.





**CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME - ME**  
ESTADO DE SÃO PAULO

R	56/115	Rs	10
m g			

Assim, nos termos da Lei Orgânica do Município, está previsto em seu inciso XII do artigo 22, a competência da Câmara para autorizar o referido convênio, conforme previsão:

**“Art. 22 –** Cabe à Câmara Municipal, com a sanção do Prefeito, dispensada esta no artigo 23, dispor sobre todas as matérias competência do Município, e especialmente sobre:

XII – autorização de convênios com entidades públicas ou particulares e consórcios com outros Municípios.”

(...)

No que concerne ao Regimento Interno desta Casa, preceitua que, a Presidência deixará de receber qualquer proposição que não transcreva por extenso os projetos que façam menção às cláusulas de contratos ou de convênios, o que não se apresenta, pois, o projeto trouxe a minuta na íntegra, incluído seu anexo.

**“Art. 186 -** A Presidência deixará de receber qualquer proposição:

II - que, fazendo menção à cláusula de contratos ou de convênios, não os transcreva por extenso;

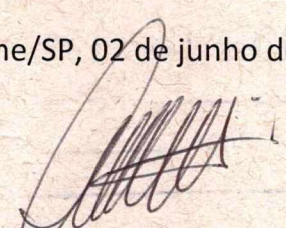
(...)

Assim, conforme apresentado acima, não há vício no Projeto de Lei em questão e analisando os documentos juntados, constata-se que o mesmo preenche os requisitos para realizar o acima exposto.

Diante dos fatos e razões apresentados no presente parecer técnico-jurídico baseado nos elementos formais, não há óbices à aprovação do Projeto de Lei nº 26/2015.

É o Parecer, salvo melhor juízo.

Leme/SP, 02 de junho de 2015.

  
**Paulo Augusto Hildebrand**  
Procurador Jurídico



Ao Expediente

08 / 06 / 2015

PRESIDENTE

A(s) Comissão(ões) de:

C.J.F. ☒

O.F.C. ☒

O.S.P. ☐

S.E.C.L.T. ☐

P.U.O.P.S. ☐

Em 08 / 06 / 15

**VISTA**

Em 08 de junho de 2015

Com vista incomissões

Funcionário mg

**JUNTADA**

Em 08 de junho de 2015

... juntada a estes autos do requerimento de urgência especial

Funcionário mg





**CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME**  
ESTADO DE SÃO PAULO

Exmo. Sr. Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Leme.

CÂMARA MUNICIPAL DE LEME  
Prot. N.º 1708 L. N.º 34 Fis. 163  
Recebido em 08/06/2015  
m  
FUNCIONÁRIO

C.M. LEME  
P 5615 Rs 11  
m

Os vereadores abaixo assinados, com fulcro no art. 192 e seguintes do Regimento Interno, vêm respeitosamente **requerer** a Vossa Excelência, seja o presente pedido, submetido à apreciação do Egrégio Plenário, para o fim de conceder o **REGIME DE URGÊNCIA ESPECIAL** na tramitação do **Projeto de Lei nº 26/2015**, de autoria do Prefeito Municipal, que **"Autoriza celebrar Termo de Cooperação Técnica com Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, para troca de informações entre as partes através de meio eletrônico."**

**JUSTIFICATIVA:** A urgência especial pretendida deve-se ao fato de que as proposições de novas ações de execuções fiscais somente podem ocorrer pelo meio eletrônico, razões pelas quais justifica-se a apreciação do presente projeto sob o Regime de Urgência Especial.

Leme, 08 de junho de 2.015.

Admir de Jesus Pinto  
Vereador

Eunides Rodrigues do Prado  
Vereador

João Carlos Demetrio  
Vereador

Silvio Salles Pereira  
Vereador

Marcelo Adriano Bonelli  
Vereador

Jose Eduardo Giacomelli  
2º Secretário

Eduardo Leme da Silva  
Presidente Interino

Francisco F. da Silva  
Vereador

Pablo Roberto B. de Oliveira  
Vereador



Ao Expediente

08/06/2015

PRESIDENTE

A Ordem do Dia

08/06/2015

PRESIDENTE

Requerimento de Urgência Especial ao Projeto de Lei nº 26/15, aprovado por unanimidade em única votação.

Em 08 de junho de 2015.

Eduardo Leme da Silva

Presidente Interino

JUNTADA

Em 08 de junho de 2015

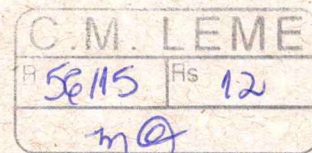
foi juntada a estes autos do parecer  
das comissões

Funcionário mo





**CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME**  
ESTADO DE SÃO PAULO



**PROJETO DE LEI Nº 26/2015**

**EMENTA:** “Autoriza celebrar Termo de Cooperação Técnica com o Tribunal de Justiça de São Paulo, para troca de informações entre as partes através de meio eletrônico.”

**AUTORIA:** Prefeito Municipal

**PARECER CONJUNTO**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO;**

**COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE e**

**COMISSÃO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS.**

As Comissões de Constituição, Justiça e Redação; Orçamento, Finanças e Contabilidade e Obras e Serviços Públicos; reunidas na Sala das Comissões Palmiro Ferreira Vieira, analisando detidamente o presente projeto de lei, apresenta um único relatório, o qual é também o seu respectivo voto:

1-) Trata-se de projeto de lei, com pedido de tramitação no Regime de Urgência, de Autoria do Senhor Prefeito Municipal, que busca autorização legislativa para que o Município de Leme, possa celebrar Termo de Convênio com o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo objetivando a troca de informações entre as partes através de meio eletrônico.

2-) No que concerne a Comissão de Constituição Justiça e Redação, entendemos o relevante valor da proposta em questão, notadamente no aspecto de agilidade nos trabalhos da Procuradoria do Município, de forma que o projeto não ofende as Normas Superiores e,





**CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME**  
ESTADO DE SÃO PAULO

C.M. LEME	
P. 56/15	Fs. 13
<i>ma</i>	

estando bem redigido e instruído, esta Comissão é **FAVORÁVEL** à tramitação do mesmo por esta Casa, pois que, nada obsta a sua legal tramitação.

3-) Já no tocante à Comissão de Orçamento, Finanças e Contabilidade e Comissão de Obras e Serviços Públicos, entendemos presente o interesse e a conveniência, principalmente, porque, o objetivo e de aderir ao referido convênio com o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, pois trará celeridade aos processos executivos fiscais, principalmente pela troca de informações pelo meio eletrônico que proporcionará, além de agilidade, economia. Ressalta essas Comissões que, o convenio ora pleiteado não haverá repasse de verbas e nem qualquer tipo de remuneração, conforme consta nos documentos acostados no processo.

5-) Diante disso, a Comissão de Orçamento, Finanças e Comissão de Obras e Serviços Públicos por unanimidade de seus Membros é **FAVORÁVEL** que seja o presente projeto apreciado pelo PLENÁRIO desta Casa.

Sala das Comissões "Palmiro Ferreira Vieira",  
em 08 de junho de 2.015.

Pela Comissão C. J.e R.

*Maria Izabel Aparecida Parolim*  
Maria Izabel Aparecida Parolim  
Presidente

*Eurides Rodrigues do Prado*  
Eurides Rodrigues do Prado  
Vice-Presidente

*Osvair Antunes da Silva*  
Osvair Antunes da Silva  
Secretário






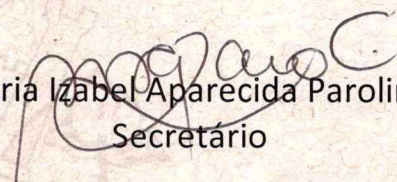
**CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME**  
ESTADO DE SÃO PAULO

C.M. LEME	
P. 56/15	Rs 14
m	

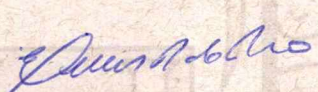
Pela Comissão O. F. e C.


  
Osvald Antunes da Silva  
Presidente

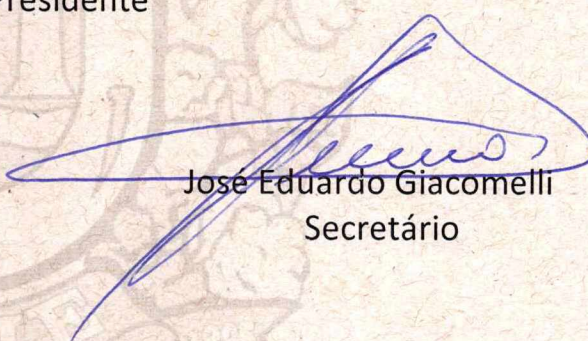
  
Francisco Ferreira da Silva  
Vice-Presidente

  
Maria Izabel Aparecida Parolim  
Secretário

Pela Comissão O.S.P.

  
Eurides Rodrigues do Prado  
Presidente

  
Francisco Ferreira da Silva  
Vice-Presidente

  
José Eduardo Giacomelli  
Secretário



# A Ordem do Dia

08 / 06 / 2015

PRESIDENTE

Projeto de Lei nº 26/15, aprovado por unanimidade em 1ª e 2ª votação.  
Em 08 de junho de 2015.

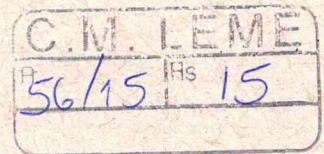
Eduardo Leme da Silva  
Presidente Interino





**CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME**  
ESTADO DE SÃO PAULO

**REDAÇÃO FINAL**



**PROJETO DE LEI Nº 26/15**

**Autoriza o Executivo Municipal a celebrar Termo de Cooperação Técnica com o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, tendo por objeto a integração do processo de troca de informações entre as partes, através do intercâmbio de dados em meio eletrônico.**


**Art. 1º** - Fica o Executivo Municipal autorizado a celebrar Termo de Cooperação Técnica com o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, tendo por objeto a integração do processo de troca de informações entre as partes, através do intercâmbio de dados em meio eletrônico, visando o aprimoramento recíproco dos serviços relativos às execuções fiscais, observadas as normas genéricas contidas na minuta padrão em anexo.

**Art. 2º** - As despesas com a execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, consignadas no orçamento do Município, suplementadas se necessário.

**Parágrafo Único** – As dotações necessárias à execução desta lei nos exercícios seguintes, serão consignadas nas respectivas peças orçamentárias.

**Art. 3º** - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Leme, 08 de junho de 2015.

  
Eduardo Leme da Silva  
Presidente Interino